

CNJ ouvirá órgão consultivo antes de decisões sobre Justiça estadual

Antes de julgar casos que causem impacto na gestão financeira e administrativa dos Tribunais de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça terá de ouvir um órgão consultivo formado por representantes das cortes estaduais. A novidade foi anunciada neste sábado (14/3) pelo ministro Ricardo Lewandowski, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, no encerramento de um encontro nacional com representantes dos TJs.

O grupo deve ficar ligado à presidência do conselho e, segundo Lewandowski, permitirá decisões mais corretas, pois envolverá membros da magistratura envolvidos com os problemas locais e com conhecimento de soluções para reduzir o acervo processual. O ministro atendeu proposta apresentada pelos anfitriões do evento — os desembargadores Milton Nobre, presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, e Pedro Bitencourt Marcondes, presidente do TJ de Minas Gerais.

Lewandowski afirmou durante o evento que, diante da instabilidade política no país, o Poder Judiciário tem o papel fundamental de manter a “paz social”. Ainda assim, ele voltou a fazer críticas à cultura da litigiosidade e defender meios alternativos para a resolução de conflitos.

O ministro também defendeu a implantação das chamadas audiências de custódia, que obrigam juízes a ter contato pessoal com pessoas presas em flagrante, em até 24 horas. Um projeto piloto [já foi implantado na capital paulista](#), a princípio envolvendo duas delegacias seccionais. Para o presidente do CNJ, essa é uma forma de conter o crescente encarceramento no país.

A medida foi elogiada por chefes das Justičas estaduais. Na “Carta de Belo Horizonte”, que sintetiza as propostas discutidas durante o encontro, eles se comprometem a “estimular a adoção de audiência de custódia como instrumento de efetiva tutela dos direitos fundamentais do cidadão”.

Outra meta dos presidentes é cobrar “respeito às propostas orçamentárias do Poder Judiciário estadual, bem como que os repasses devidos sejam efetuados na sua integralidade”. Na última reunião, que ocorreu em dezembro, eles [já haviam criticado os governos estaduais](#) por adotarem “manobras” para deixar de transferir recursos.

Sem Dilma

Os participantes esperavam [receber a presidente Dilma Rousseff \(PT\)](#) na última sexta (13/3), mas ela acabou desmarcando na véspera a viagem a Belo Horizonte. Quem compareceu foi o vice-presidente Michel Temer (PMDB), acompanhado do governador de Minas, Fernando Pimentel (PT).

A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, apresentou os resultados de um mutirão formado nos 26 estados do país para julgar casos de violência doméstica, no início de março. A campanha “Justiça pela Paz em Casa” aumentou em quase 1.000% o número de audiências sobre a questão, segundo a ministra. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MG.*

Date Created

14/03/2015